

RESENHA

ERGUENDO-SE PELOS PRÓPRIOS CABELOS – AUTO-EMPREGO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL

João Batista Pamplona
São Paulo: Germinal – Fapesp, 2001
366 páginas

Analisando o significado do academicismo que contaminou a produção intelectual norte-americana no segundo pós-guerra, Russel Jacoby refere-se a alguns dos efeitos do desaparecimento dos intelectuais ligados à cultura pública e da criação teórica confinada aos muros das universidades. Desdenhando o universo público mais amplo e desenvolvendo um conhecimento cada vez mais especializado, os intelectuais acadêmicos mudaram sua linguagem e afastaram-se, crescentemente, dos temas essenciais da esfera pública. Uma nova audiência modelou o hermetismo formal desses intelectuais – seus pares na academia – e as preocupações restritas ao mundo universitário substituíram, paulatinamente, as questões da esfera pública. Dependentes de financiamentos e embaraçados pela burocracia, esses intelectuais abriram mão da independência e da carga ética que caracterizavam a *intelligentsia* comprometida com a cultura pública.¹

Não é difícil constatar-se que o Brasil não escapou a essa tendência. À geração de Oliveira Viana, Caio Prado Jr., Gilberto Freire, Celso Furtado (para citar apenas alguns), que construiu interpretações do Brasil no bojo do debate das grandes questões

¹ Ver **Sader**, Emir. “Nós que amávamos tanto o capital”. In: *O poder, cadê o poder*. São Paulo: Boitempo, 1997, pp. 95-97. A obra de Russel Jacob, citada por Sader, é *Os últimos intelectuais: a cultura americana*. São Paulo: Trajetória Cultural, 1987.

nacionais, sucederam-se, uma após outra, linhagens de cientistas sociais especializados, acadêmicos restritos aos *campi* universitários e sempre sintonizados com modismos teóricos dos países centrais. Se há exceções significativas nas universidades brasileiras, e elas são inúmeras nas diferentes áreas do conhecimento nacional, a regra, no entanto, é a da produção intelectual com linguagem hermética, inacessível ao público geral, e do tratamento de questões que, no mais das vezes, apenas tangenciam os temas essenciais da “esfera pública”.

Esse não é, certamente, o caso do livro de João Batista Pamplona – *Erguendo-se pelos Próprios Cabelos: Auto-emprego e Reestruturação Produtiva no Brasil*. Resultado de uma tese de doutorado, esse trabalho, em que pese sua origem e formatação acadêmicas, trata com linguagem clara e rigor científico um dos mais candentes problemas do mundo contemporâneo, que em nosso país se manifesta de modo particularmente perverso: os efeitos da crise e do reordenamento dos padrões de acumulação capitalista sobre o mundo do trabalho, focados aqui sob o ângulo da discussão do auto-emprego.

Fiel aos princípios que norteiam o paradigma acadêmico, Pamplona passou em revista a vasta literatura disponível sobre essa questão, visitou as diversas correntes teóricas e ideológicas que trataram dessa problemática e, sob a ótica das concepções da Escola da Regulação, analisou as profundas alterações no mercado de trabalho, a partir da crise do “regime de acumulação” e do “modo de regulação” fordistas, que caracterizaram o capitalismo até meados dos anos 1970. Ou seja, o sistema capitalista calcado na produção e no consumo em massa de produtos padronizados, nos ganhos de escala, na linha de montagem e no comando hierarquizado dos processos de trabalho. Paradigma industrial a que se somaram políticas macroeconômicas keynesianas e as políticas sociais do *welfare state*.

Não se deve entender, porém, que a fidelidade aos cânones acadêmicos tenha afastado o autor do trato das questões mais polêmicas que envolvem o chamado “setor informal urbano”, ou, como quer Pamplona, o auto-emprego. Isso fica particularmente evidente quando elege como eixo central de seu livro a pergunta:

“num contexto de forte reestruturação do capitalismo, a (re)emergência do auto-emprego urbano é uma **‘alternativa promissora’ de trabalho** que pode superar, inclusive com novas vantagens, os problemas gerados pelo declínio do emprego padrão (trabalho assalariado, permanente, em tempo integral e geralmente na grande empresa ou no setor público) ou é uma **‘alternativa precária’**, uma das manifestações contemporâneas da precarização do trabalho, da precarização social?” (p. 24).

Nos dois primeiros capítulos o autor dedica-se à crise do “modelo fordista” de acumulação e ao processo de reestruturação capitalista, a partir de um balanço das principais linhas de interpretação teórica, para atingir seu principal objetivo: a “análise da crise do assalariamento”, da deterioração do mercado de trabalho, da precarização do emprego a partir dos anos 1980. Tudo isso tendo em vista o tratamento do auto-emprego urbano nos países industrializados. O foco do estudo, porém, não é o desmonte do mundo do trabalho no capitalismo central. Sua preocupação primordial é a análise do setor informal nos países subdesenvolvidos – centrada no caso brasileiro –, cuja pesquisa, diga-se de passagem, põe em relevo o rigor e a qualidade do estudo realizado.

No exame da problemática nacional, depois de delimitar seu universo de análise – a Região Metropolitana de São Paulo durante a década de 1990 –, Pamplona recorre aos dados primários obtidos na Pesquisa da Economia Informal de 1997 do IBGE, aos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE e da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), com a expressa intenção de “detectar elementos que possam revelar ou não tendências e qualificar situações de precarização social da parcela da força de trabalho urbana que se encontra [...] auto-empregada na RMSP” (p.29).

Segundo Pamplona, o auto-emprego é a situação em que o trabalhador independente controla seu processo de trabalho, possui os meios de produção e participa diretamente da atividade produtiva. Sem renda previamente definida, seu objetivo fundamental é prover o próprio emprego e sua subsistência e não valorizar seu capital. Em que pese um *continuum* de situações englobadas nessa categoria, o autor refere-se aos trabalhadores autônomos (também chamados

de conta própria), aos pequenos empregadores e aos membros de cooperativas de produtores (p.273).

Até meados dos anos 1970, no centro da prosperidade dos países capitalistas hegemônicos estava a “relação salarial fordista”, ou seja, o sistema de assalariamento calcado no emprego permanente, de período integral, com contratos coletivos de trabalho, protegido por legislação trabalhista, concentrado nas grandes empresas e beneficiado pelo sistema público de proteção social. Num quadro como esse, a proporção relativa de auto-empregados urbanos encontrava-se, necessariamente, em contínuo declínio. No entanto, a interrupção da prosperidade fordista, com a crise de longa duração, gerou uma profunda reestruturação econômica – o desenvolvimento da microeletrônica, a flexibilidade produtiva, a diminuição da incorporação de força de trabalho não-qualificada, a segmentação do mercado consumidor e a globalização financeirizada. Todo esse processo abalou profundamente o mundo do trabalho, trazendo as conhecidas conseqüências: desemprego de longa duração, empregos em empresas pequenas e em setores de baixa produtividade, baixos salários, trabalho em tempo parcial, crescimento da subcontratação e da terceirização de trabalhadores, enfraquecimento dos sindicatos. Em outras palavras, a precarização do trabalho e a vulnerabilidade social. Nesse cenário, a tendência anterior acabou se invertendo, dando lugar ao ressurgimento do auto-emprego urbano nos países capitalistas centrais, uma vez que, em face da escassez de empregos, muitos trabalhadores preferiram o auto-emprego à inatividade ou à infrutífera procura de trabalho.

Pamplona, reconhecendo a acentuada heterogeneidade do auto-emprego, tem o cuidado de destacar não apenas as causas que “empurram” os trabalhadores para o setor informal mas também as que os “atraem”, pois, se para alguns trabalhadores essa é a única saída possível, para outros (não muitos, é importante frisar) ela é a melhor alternativa, “a que lhes proporciona maior autonomia e maior remuneração para seu nível de qualificação, habilidade e esforço” (p.274). E, nesse caso, como elementos explicativos, estariam as inovações tecnológicas e a expansão da demanda por produtos e serviços diferenciados.

As desvantagens do auto-emprego (maior número de horas de trabalho, menor poder de barganha, menos proteção social, maior instabilidade nos rendimentos etc.), nas áreas centrais do capitalismo, atingem, especialmente, os setores mais frágeis da força de trabalho – mulheres, jovens e os pouco qualificados. Para estes, o auto-emprego é uma forma de obter alguma renda e manter a auto-estima, cumprindo a função paliativa de “absorção de choques”, ao impedir situações sociais ainda mais perversas. Outra, porém, é a face do auto-emprego para aqueles, mais privilegiados, que “dispõem de certos recursos e boa inserção social” – homens em idade madura, com mais capital e maior qualificação. Nesse caso, o trabalho por conta própria pode significar sucesso e altos rendimentos. De qualquer modo, Pamplona deixa bem claro que, mesmo nos países desenvolvidos, “gerar e fazer prosperar seu próprio ‘emprego’ ou negócio não é viável para qualquer pessoa” (p.275).

Mas como encarar a precarização do trabalho nas áreas subdesenvolvidas da periferia capitalista ou, mais propriamente, no Brasil?

Partindo do pressuposto de que a especificidade das áreas subdesenvolvidas impede que a questão do auto-emprego tenha o mesmo tratamento dos países centrais – “a origem da informalidade na economia dos países subdesenvolvidos deve ser buscada na dinâmica da acumulação de capital [...] já que ela cria e recria ou suprime espaços para o setor informal [...] (que) subordina-se ao núcleo capitalista (setor formal) e ocupa seus interstícios” –, Pamplona afirma que, na periferia atrasada do capitalismo, é no modo de organização da unidade de produção que se deve buscar a definição do que é o informal. “São informais todos os trabalhadores das unidades de produção não tipicamente capitalistas no interior do capitalismo (trabalhadores domésticos, conta própria, proprietários de pequenos negócios, seus ajudantes e empregados)”. Nesse caso o objetivo não é a acumulação de capital, mas a criação de emprego e renda, confundindo-se o auto-emprego com a informalidade.

No caso brasileiro, especificamente, a informalidade e o auto-emprego ganharam novas dimensões na era FHC. “As

transformações estruturais dos anos 90 estão associadas à intensa abertura comercial e às mudanças na forma de atuação do Estado na economia. Tais transformações aumentaram a concorrência externa e induziram a indústria brasileira a um processo de reestruturação produtiva (terceirização, *dowsizing*, flexibilização do uso da força de trabalho, novos métodos de gestão e produção, mais intensa utilização de máquinas e insumos importados etc.). Já o quadro macroeconômico de instabilidade está caracterizado predominantemente por sobrevalorização cambial, taxas de juros elevadíssimas, deterioração das finanças públicas e baixo crescimento econômico” (p. 278).

Como bem observa Pamplona, as mudanças na estrutura produtiva nacional não foram simplesmente ajustes superficiais e temporários. Na verdade, ocorreram alterações profundas de corte estrutural, que, combinando perversamente a tendência dos países centrais à reestruturação produtiva pós-fordista com os problemas de subemprego e desemprego tradicionais dos países subdesenvolvidos, ocasionaram uma deterioração sem precedentes do mercado de trabalho urbano no Brasil. Assim, a partir dos anos 1990, cresceu o desemprego aberto e de longa duração, ampliaram-se as ocupações precárias e caiu sensivelmente a qualidade do emprego, uma vez que setores que ofereciam os melhores postos de trabalho – a indústria de transformação, o setor financeiro, empresas estatais e administração pública – passaram a empregar menos. Essas constatações gerais ganham, porém, efetiva concreção quando a análise se encaminha para um foco específico: a Região Metropolitana de São Paulo, área de maior dinamismo capitalista do país.

Segundo dados compulsados por Pamplona, na última década (1989/1999), a ocupação industrial na RMSP caiu 30%, enquanto nos serviços domésticos cresceu cerca de 65% e na prestação de serviços subiu 39%. Assim, na RMSP, durante os anos 1990, é possível notar que, simultaneamente à diminuição do emprego industrial, observou-se uma forte expansão compensatória do setor de serviços, que, como se sabe, sob o rótulo genérico abriga formidáveis diferenças – dos “serviços auxiliares e especializados”, mais qualificados e com melhor remuneração, aos “serviços

domésticos e reformas”, menos qualificados, com pior remuneração e onde predominam “estratégias de sobrevivência”. Em suma, na última década, assistimos a um crescimento polarizado do setor de serviços que por um lado permitiu a expansão de um “pólo superior”, provavelmente resultado da reestruturação industrial, e por outro estimulou a ampliação de um “pólo inferior”, motivado pelo baixo crescimento econômico.

São essas as análises que permitem a Pamplona concluir que quando se trata do auto-emprego, em São Paulo, a realidade heterogênea comporta extremos. Numa de suas pontas, a profunda precarização do trabalho, representada pelos “empregados de auto-emprego” e trabalhadores informais “auto-empregados”, altamente vulneráveis – mulheres por conta própria, auto-empregados nos “serviços de reparação, pessoais, domiciliares e de diversões” e auto-empregados na “construção civil”. E, numa outra, a situação de auto-empregados empregadores e auto-empregados nos “serviços técnicos e auxiliares”, grupo mais forte e cuja expansão pode indicar situações mais promissoras de trabalho.

Enfim, a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro da última década, segundo o estudo de Pamplona, revela-se polarizada e não simplesmente precarizada. Se o auto-emprego deve ser visto apenas como “um sinal claro de precarização” – nem sempre é “o lugar dos pobres urbanos” –, pois representa, por vezes, uma opção atraente de renda e trabalho para trabalhadores em situação mais privilegiada, contribui, no entanto, para a segmentação do mundo do trabalho, alimentando um crescente processo de polarização social.

ROSA MARIA VIEIRA BERRIEL
Prof. FGV/SP e FEA-PUC/SP